

Iolanda Carvalho de Oliveira  
*Mestre em Sociologia, doutoranda em Educação na UFPB*

Lemuel Dourado Guerra  
*Doutor em Sociologia, professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB/UFCG)*

**Raízes**

Vol. 23, Nºs 01 e 02, jan.–dez./2004

Trabalho recebido em:  
25/05/2005

Aprovado para publicação em:  
20/09/2005

## OS SIGNIFICADOS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NOS DISCURSOS DE MILITANTES E LÍDERES DO MST: ASPECTOS OBSERVADOS NO CASO DO SUL DA BAHIA

### RESUMO

Neste artigo apresentamos uma análise das transformações nas estratégias de representação política do MST ao longo do período de 1986 a 2002, a partir do estudo do caso da região do Extremo Sul da Bahia, tendo como aporte teórico a teoria de campo político, de Pierre Bourdieu. A coleta de dados foi feita através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com lideranças do MST, com militantes comuns e com pessoas de fora do movimento, habitantes da região do Extremo Sul da Bahia, no período de 2001-2002. Trechos selecionados dessas entrevistas são aqui comentados.

**Palavras-chaves:** representação política, movimentos sociais, movimento dos sem-terra.

## MEANINGS OF POLITICAL REPRESENTATIONS IN WITHOUT LAND WORKERS MOVEMENT'S MILITANTS AND LEADERS: ASPECTS OBSERVED IN THE CASE OF SOUTH BAHIA (BRAZIL)

### ABSTRACT

In this article we present an analysis on changes in political representation strategies of the Without Land Workers Movement as expressed in discourses of its leaders and militants, as well as official documents of the Movement. Our analysis has as analysis corpus a case study of the acting of MST in extreme South of Bahia. As theoretical basis we used the Bourdieu's Theory of Political Field. We cite and comment parts of interviews we carried out with leaders and common militants of the Movement in the region mentioned, between 2001-2002.

**Key words:** political representation, social movements; without land workers.

## 1. INTRODUÇÃO

As estratégias de representação política se constituíram, desde o surgimento do MST, num ponto de tensão interna e nas relações externas do movimento. Este artigo se baseia num estudo de caso sobre os significados da representação política nos discursos de militantes e líderes do MST na região do Extremo Sul do Estado da Bahia, levantados através de entrevistas com participantes do Movimento, do trabalho de observação nos assentamentos de Itamaraju e Prado e da análise dos documentos produzidos pelos Sem-Terra em nível local e nacional, nosso objetivo foi o de levantar dados sobre as concepções acerca da representação político-parlamentar existentes no interior do MST. Ao nosso ver, o que se observa como sendo uma tendência recente do Movimento de não procurar em outras instituições aqueles que lhe servirão de representantes políticos, mas de constituí-los a partir de seus próprios quadros, se refere à busca incessante do movimento por autonomia.

Este artigo se baseia num estudo de caso sobre a representação política de militantes e líderes do MST na região do Extremo Sul do Estado da Bahia<sup>1</sup>. Com base em entrevistas realizadas com militantes e líderes do Movimento, no trabalho de observação nos assentamentos de Itamaraju e Prado e na análise dos documentos produzidos pelos Sem-Terra em nível local e nacional, nosso objetivo foi o de levantar dados sobre as concepções acerca da representação político-parlamentar existentes no interior do MST. Ao nosso ver, o que se observa como sendo uma tendência recente do Movimento de não procurar em outras instituições aqueles que lhe servirão de representantes políticos, mas de constituí-los a partir de seus próprios quadros, se refere à busca incessante do movimento por autonomia.

A idéia de autonomia, apesar de já estar presente na gênese do MST, é construída gradualmente junto com o processo de amadurecimento e crescimento do Movimento, o qual vai se refletir no campo da representação política, como expressa Valmir Assunção, líder dos assentamentos na área estudada, em um trecho de sua entrevista:

[...] ao longo desses anos vimos amadurecendo e tentando descobrir cada vez mais qual é o nosso papel na sociedade; [...] A primeira coi-

sa foi buscar essa representação política como o MST, reafirmar nossa identidade, criar nossos objetivos e reafirmar a nossa vocação de lutar pela terra.

Esse “amadurecimento” do movimento, recorrentemente citado nas entrevistas com líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no contexto do extremo sul da Bahia, se traduz na visão do espaço eleitoral como possibilidade de crescimento da organização e de “avanço” da luta, refletindo-se em mudanças nas estratégias referentes ao campo da representação político-parlamentar ao longo da história do MST.

Aos poucos, junto com a ocupação e instalação de assentamentos, o movimento foi sentindo a necessidade de constituir representantes na esfera político-parlamentar, como sugere a fala de Nalva Araújo, líder do MST na região pesquisada:

[...] a representação nasce com uma necessidade de você ter alguém que represente o movimento ou que articule as lutas do movimento. Você deve ter visto pela questão histórica que não foi muito fácil a afirmação do movimento como movimento social, considerando que o Extremo Sul é uma região muito coronelista, muito autoritária. As relações político-partidárias são muito fortes, daí a necessidade da gente se fazer respeitar.

Considerando as estratégias de representação políticas adotadas pelos MST, esse “se fazer respeitar” é muito significativo. O fato dos *sem-terra* passarem a ocupar cargos na esfera político-parlamentar da região se configura como uma tática para conferir aos Movimento respeitabilidade e de mobilizar elementos para a construção de uma identidade positiva perante a sociedade.

Além dessa função ligada à construção identitária positiva do MST na região, observamos nas entrevistas a concepção da representação política como uma maneira de contribuir para que os interesses do Movimento sejam contemplados. É o reconhecimento dessa instância como sendo um *locus* de luta capaz de contribuir para o atingimento de metas capazes de favorecer a efetivação das reivindicações mais centrais do movimento que vai justificar o investimento na articulação com partidos e outros movimentos para a disputa eleitoral.

A entrada do MST no campo político-eleitoral corres-

<sup>1</sup> Maiores informações sobre o estudo de caso que serviu de base para a elaboração deste arquivo, consultar a dissertação de Mestrado de Iolanda Carvalho de Oliveira, intitulada “O movimento dos trabalhadores sem-terra e a questão da representação política: o caso da Região do Extremo Sul da Bahia, defendida em 2003 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG.

ponde ao que Bourdieu chama de surgimento do “interesse pelo campo”. De acordo com Bourdieu (1994, p. 137), *Interesse é, participar, é admitir, portanto, que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos.*

Vejamus como Iraílton Soares, militante do MST que atua na Câmara de Vereadores do Município de Prado, fala de sua atividade:

[...] a minha função, ela se dá, tanto no sentido de defender a categoria pela qual eu fui eleito, à qual pertença, como defender e ser a voz de todo povo, já que sou o único da oposição no município. Então minha candidatura entra na defesa dos produtores, dos assentados e também dos professores e estudantes do município.

Ao se propor a defender, através de seu mandato, interesses dos demais movimentos sociais, demonstra o reconhecimento da ligação das lutas do MST com as de outros setores sociais e ao mesmo tempo a visão de que ao representar, no jogo político, os interesses de produtores, professores e estudantes e de outros setores da população, as candidaturas oriundas do MST ganham em capital político (cf. Bourdieu, 1990).

Da mesma forma que existem, no interior do MST, interesses imediatos e espontâneos, existem também interesses objetivos e estratégicos que mobilizam as famílias *sem-terra*. Assim, a representação política do Movimento tem a função de atuar não somente na defesa dos interesses dos produtores e dos assentados, mas também das demais categorias e segmentos sociais.

É também possível perceber no conjunto das entrevistas com militantes do MST na região pesquisada, que a prática de constituir representantes políticos oriundos do próprio movimento se inspira no que chamarei aqui de “desconfiança de classe”. Vejamos como se pronuncia a respeito disto Nalva Araújo, líder do MST:

[...] ao invés de no parlamento você ter um representante de uma outra classe social, é muito melhor, é muito mais fácil você ter um representante que lute pelos interesses da sua classe social.

A articulação dos interesses do MST, como vimos anteriormente, com projetos e reivindicações mais amplas para o conjunto da sociedade é um aspecto também ressaltado na fala do vereador Osvaldo Silveira, militante do MST:

[...] o mandato possibilitou ao movimento participar tanto das decisões como das alternativas de solução, não apenas para os problemas

e dificuldades que o movimento enfrenta, mas também dos pertencentes à sociedade de Itamaraju.

Aqui, podemos observar uma inversão no exercício da representação político-parlamentar, já que, anteriormente, era o MST que delegava e transferia às lideranças de outros movimentos, partidos políticos e instituições o pleno poder de agir e fazer valer seus interesses nas esferas parlamentar. Agora, os militantes do MST que ocupam vagas no legislativo ou mesmo no executivo exercem a capacidade de “falar pelos outros”.

## 2. CONVERGÊNCIAS E AMBIGÜIDADES SOBRE A PARTICIPAÇÃO NOS ESPAÇOS INSTITUCIONAIS

Os depoimentos que se seguem demonstram a ambigüidade presente nas entrevistas no que se refere à participação política no espaço institucional. Observamos que a ênfase maior foi sobre a idéia de que os objetivos estratégicos e as ações mais amplas do Movimento não se voltam para a via institucional.

Veja como isso aparece nas palavras de Ademar Bogo, liderança do MST na região do Extremo Sul:

[...] as eleições são um espaço que existe na sociedade para ser ocupado [...] eu acredito que o movimento social para ser forte não pode se negar a participar, ele tem que estar presente. Nós queremos participar, mas não é preciso gastar toda nossa energia nisso. Temos outros aspectos, outros espaços que a gente precisa ocupar: seja o espaço de protesto contra o governo, seja o espaço de educação, seja nossa experiência de formação.

Essa ênfase no “extra esfera político-institucional” é fruto da cultura política que institucionalizou uma descrença nos canais das estruturas formais, aspecto também ressaltado no depoimento de Nalva Araújo:

Você avança via institucional, mas você também não abandona a luta política ideológica de mobilização. A luta institucional é importante, mas não é ela que altera as relações e as condições de vida do povo. Ela contribui. Ela é um dos instrumentos, mas não vai mudar efetivamente as coisas.

Ao longo dos séculos, a cultura política latino-americana institucionalizou a crença nos canais de estrutura informais. A influência dessa cultura no Brasil pode ser vista no participacionismo dos movimentos sociais, que

nos anos 70 e 80 caracterizou as lutas dos trabalhadores através de mecanismos de “ação direta”. É o prevalescimento dessa cultura que justifica que somente a partir dos anos 90 o Movimento passa a fazer uso dos mecanismos de ações diretas combinados às práticas de atuação nas eleições e no parlamento.

As ações no âmbito das vias institucionais continuam sendo vistas como úteis, porém limitadas, como é possível ver na seguinte fala de Irailton Soares:

[...] os assentados que são a nossa base social queiram ou não eles acabam se envolvendo no processo eleitoral, no processo político. As representações que as pessoas trazem para os assentamentos não são diferentes daquela do povo que está na cidade, que está na periferia; eles mudam o espaço geográfico mas até então eles não trazem uma consciência de classe que a gente gostaria e almejava que tivesse, e então eles ainda acreditam que é possível mudar através de um partido político através de uma eleição.

Identifica-se, nesse depoimento, uma associação negativa entre a fé na via institucional e a ausência de uma consciência política. A liderança do MST, apesar de enfatizar a crença na via institucional, aponta para a limitação desse espaço pelos vícios da política oficial, opinião que reflete as influências da cultura política acima mencionada.

Se na liderança do Movimento essa cultura de sobrevalorização da ação direta em relação à ação político-institucional parece ser hegemônica, as entrevistas com militantes de base apontam para o fato de que ela pode não estar tão arraigada assim em todo o tecido do MST. A fala, abaixo, de uma moradora do assentamento Bela Vista, demonstra uma forte valorização da ação política no parlamento. Vejamos o trecho do depoimento de Darilene:

[...] se nós não temos representantes na Câmara de Vereadores nosso assentamento fica esquecido. Tendo um vereador nosso lá, é lógico que ele pensa duas vezes, então isso ajuda muito ao nosso favor. Ajuda também que os demais pensem e haja outra forma de discussão.

Como militante de base e com apenas 07 anos de atuação no movimento, Darilene continua seu depoimento, enfatizando a visão de que a atuação institucional do Movimento deve ver ampliada. Em suas palavras:

[...] a gente vive no meio de uma sociedade onde tudo é política. No meu ponto de vista, a gente tem que defender o nome de um membro da nossa organização para disputar um cargo político. Nós temos com-

panheiros eleitos na Câmara de Vereadores no Prado e em Itamaraju. Temos agora que eleger outros companheiros.

Com essa mesma opinião, Sival Santos, militante de base defende que o MST deveria priorizar a estratégia de “eleger um vereador por assentamento”. A partir das entrevistas com militantes de base e pela nossa observação dos assentamentos, consideramos que a cultura política de esquerda, no âmbito da qual foi criado o MST, que direcionava para o consenso em torno da centralidade da ação direta, pode estar perdendo eficácia simbólica e plausibilidade.

### 3. OS PAPÉIS QUE O MOVIMENTO ATRIBUI À REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-PARLAMENTAR

No cenário das ações coletivas dos anos 90, no Estado da Bahia, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se ampliou consideravelmente em termos de prática social. Ao longo da sua trajetória, o MST passa a ser interlocutor das reivindicações populares. Face a isso, passa a criar novas oportunidades políticas, particularmente no âmbito de poder local, onde militantes e lideranças passam a desempenhar papéis centrais no espaço do executivo e do parlamento. Em face disso, a questão a saber foi “de quais significados o MST reveste a sua participação no jogo representativo parlamentar?”

No discurso de Irailton Soares, que ocupa pela segunda vez uma vaga de vereador na Câmara Municipal de Prado, o sentido dado à representação política é assim expresso:

[...] A representação política é simplesmente mais **uma ferramenta na luta do movimento**. A minha candidatura de vereador tinha como objetivo fortalecer à luta pela reforma agrária e contribuir na melhoria dos assentamentos, na área de saúde, da educação, de estrada, etc.

A visão estratégica, acima destacada, aponta a representação enquanto meio de consecução de objetivos secundários em relação ao central, que é a reforma agrária. Consideramos que esse sentido pode estar ligado ao deslocamento do eixo de suas reivindicações antes centradas na conquista da terra e que agora incluem questões de infra-estrutura ligadas ao consumo coletivo e reivindicações relativas às condições necessárias para que as famílias sem-terra possam trabalhar com qualidade de vida.

Outro sentido presente nos depoimentos dos entrevis-

tados está relacionado ao papel que a representação política cumpre na interlocução com a sociedade e com o Estado, visão presente na entrevista do dirigente Valmir Assunção:

[...] foi pensando nessa reafirmação da organização na sociedade, **pensando em estabelecer um diálogo com a sociedade e com o Estado sobre a reforma agrária**, que decidimos lançar candidatos a vereador, prefeito em alguns lugares, e até candidatos a deputado estadual, porque achamos, até pelas normas do movimento, que isso não é incompatível com os nossos princípios, com os nossos objetivos [grifo nosso].

A representação política é aqui vista em termos de estratégia de construção da hegemonia em torno da justiça da reivindicação central do movimento, ao mesmo tempo em que ganha corpo e respeitabilidade diante da sociedade. Para o MST, o espaço das eleições, contribui para ampliar o debate nas diferentes regiões do Estado sobre a importância da luta pela reforma agrária. Essa idéia aparece na fala de Valmir Assunção, dirigente:

As eleições foram fundamentais para o crescimento do movimento sem-terra. Mesmo não alcançando a vaga de deputado estadual e só garantindo a minha vaga de primeiro suplente nas eleições de 2002, **conseguimos ampliar o debate no Estado sobre a questão da reforma agrária**. Eu tive uma grande alegria quando Jorge Portugal, Samuel Vida e diversas personalidades e grupos se dedicaram à campanha, a exemplo do grupo cultural *Ilê Ayê*. Eles não estavam apoiando só a candidatura estavam apoiando o MST e a luta pela Reforma Agrária. [...] Essa campanha mostrou que temos um grande espaço em Salvador e nas grandes cidades e esse espaço tem que ser potencializado. Nos temos que ter mais militantes para poder está debatendo com a sociedade organizada e até mesmo com os estudantes das universidades e das escolas de ensino médio [grifo nosso].

Da fala acima registrada é importante destacar que há o reconhecimento do espaço das eleições como um *locus* do jogo no qual os interesses da representação política são enunciados e construídos. Para Bourdieu, o campo político se constitui num espaço de jogo que possui regras próprias, dentro do qual jogam melhor aqueles jogadores que têm clareza a respeito do espaço no qual acontecem as disputas.

O processo de participação eleitoral do MST tem momentos significativos que apontam para a importância que a representação política ganha ao ampliar a visibilidade da luta pela reforma agrária em outras regiões, além do Ex-

tremo Sul, como revela Nalva Araújo, dirigente do movimento:

Foi interessante a questão do Frei Dílson, porque, **quando ele se elegeu, o MST conseguiu ter uma visibilidade em nível de Estado, contribuindo inclusive para articular e para o crescimento do movimento** em outras regiões, mesmo porque a gente era muito visto como MST do extremo sul, embora tivesse articulação em outras regiões. No panorama estadual, a eleição de Dílson foi importante para isso. No caso dos vereadores também, porque os embates e as lutas se dão no plano estadual, federal e também local [grifo nosso].

A maioria dos entrevistados apontou que um dos papéis com os quais o MST reveste a representação política está relacionado à possibilidade de enfrentamento das forças das oligarquias locais. A ênfase nesse ponto encontramos na fala de Dejacira Oliveira, dirigente:

[...] na região, o poder do latifúndio é muito forte e eles buscam essa força também nos diferentes espaços institucionais. A participação nas eleições mostrou que há um potencial de uma força das esquerdas e se colocarmos em termos de quantidade de votos, todos os candidatos de esquerda foram bem votados. Acho possível avançar mais e barrar o crescimento das oligarquias, a exemplo da família Pinto, em Guaratinga, onde pai e filho se alternam como prefeitos. Em Alcobaca e Prado estão se constituindo novas oligarquias, a exemplo da família Carlleto, o que é um desafio às esquerdas tentar construir formas diferentes de fazer política.

Sobretudo, no Norte e Nordeste do país, a política oligárquica e o arcaísmo da estrutura agrária permanece, até hoje, nos chamados “grotões eleitorais”, visíveis em várias regiões do Estado da Bahia. Naqueles, as oligarquias usam as eleições municipais, o capital econômico e a influência pessoal para se perpetuarem no poder político e exercerem os cargos públicos a serviço dos seus interesses. De acordo com Dejacira Oliveira, é importante ressaltar que, através da disputa pela representação política, “o MST vem quebrando e rompendo com essa tradição na região”.

Os mandatos que surgem dos segmentos populares têm um expressivo papel tanto no que se refere à luta contra oligarquias e seus privilégios, quanto em relação à discussão mais ampla sobre o ideário do MST na área da reforma agrária. Assim se refere Irailton Soares sobre a sua experiência como vereador, no Prado:

No caso especificamente do Prado, é importante a minha presença lá, no sentido de debater, no sentido de mostrar outra realidade, no sen-

tido de buscar experiência e de **contrapor as idéias das pessoas que são contra a reforma agrária**, sendo esse um ponto de fundamental importância, já que abre outros espaços perante a sociedade conservadora [grifo nosso].

Nas tensões entre posições, que constituem o campo político, estão em disputa diversas versões do mundo social. Para Bourdieu (1989, p. 185), na política,

[...] a força das idéias em disputa mede-se pela força de mobilização que elas encerram; quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes reunindo-as no espaço.

A representação política surge como uma maneira para que a interpretação que o MST faz da realidade social ganhe visibilidade, em contraposição às outras versões do mundo social em disputa no espaço político no qual atua o movimento, ao mesmo tempo em que os mandatos cumprem também o papel de articular os diferentes segmentos da sociedade, como expressa o dirigente Valmir Assunção:

[...] o mais importante na candidatura não é o fato do resultado. Para nós do movimento foram as **possibilidades de articulação com os outros grupos sociais**. Consideramos muito importante essa aproximação que fizemos com o movimento negro. Queremos construir a questão da ALCA e formas de articulação, também com o movimento estudantil, de mulheres, de trabalhadores rurais [grifo nosso].

Nas democracias parlamentares quanto mais ampla a mobilização de agentes que partilham visões do mundo social maior a possibilidade de conquista da adesão de cidadãos e de assegurar posições de poder sobre os seus concorrentes.

#### 4. FATORES EXPLICATIVOS DAS MUDANÇAS NAS ESTRATÉGIAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MST

Na década de 90, o isolamento em que o movimento acabou ficando depois do Governo Fernando Collor o levou a refletir principalmente aqui, no Extremo Sul da Bahia a necessidade de você ter um **interlocutor no parlamento** mesmo que não fizesse grande coisa, ia ser a voz do movimento no parlamento (Nalva Araújo, dirigente) [grifo nosso].

É nos anos 90 que o Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra passa a acionar suas estratégias no sentido de assegurar o ingresso de alguns dos quadros de militantes e/ ou lideranças na esfera do legislativo e também do executivo. Essa alteração na estratégia de representação política do movimento se dá numa conjuntura em que o paradigma das esquerdas, em geral, está sendo questionado à luz das mudanças no capitalismo e na conjuntura política.

Buscando compreender que modificações se operam ao longo da trajetória da representação política do MST, e quais os elementos que as determinaram, nossas observações diretas feitas e a análise das entrevistas demonstraram que para os dirigentes do movimento as transformações ocorridas no nível macro contribuíram de forma significativa para as transformações nas estratégias da representação política na região. Também aparece recorrentemente nas entrevistas uma alusão que vincula as novas estratégias ao amadurecimento do MST como sujeito político, como salienta a dirigente Dejacira Oliveira na sua fala:

A gente sempre buscou compreender o contexto político e se posicionar sempre a favor de quem ajudava a defender a nossa bandeira então a gente passou a entender que além de apoiar pessoas que defendessem a bandeira por que não a gente também participar?

Por parte da liderança há o reconhecimento de que o MST é detentor de um capital político acumulado na trajetória de luta, mediante a própria institucionalização do movimento. Conforme Bourdieu (1989, p. 187/188), o capital político “ é uma forma de capital simbólico, *crédito* firmado na *crença* e no *reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa os próprios poderes que eles o reconhecem”.

Mais adiante no seu depoimento, ela acrescenta:

Nós do movimento já vínhamos avaliando, discutindo. Já era tema inclusive de debate nosso principalmente durante os períodos eleitorais, onde toda sociedade se volta para discutir essas questões. No princípio fazíamos justamente uma discussão de apoio. No decorrer do processo a gente já sentia a importância da candidatura a deputado estadual. A gente entendia que seria através dessa candidatura que poderíamos estar tendo algum apoio no sentido de fazer o debate da reforma agrária, principalmente, no parlamento. Com esse entendimento, a gente já discutia o nome inclusive interno ao movimento, que na época era o nome do companheiro Valmir Assunção, que vinha sendo trabalhado numa perspectiva em fazer essa representação. Entre-

tanto, devido à própria dinâmica do movimento e à necessidade dos quadros continuarem no processo de luta no campo, passamos então a buscar nomes que a gente apoiar. Foi aí que a gente resolveu indicar o nome do Frei Dilson, que era uma pessoa que dava um apoio ao movimento não só na pessoa dele, mas da Igreja.

Já aí observa-se que há uma insatisfação no processo da participação eleitoral mediatizado por representantes apoiados, fato que leva o MST a rever suas posições e a alterar suas estratégias, passando a questionar o apoio a candidatos de partidos políticos como mecanismo exclusivo na sua perspectiva de representação.

Nas entrevistas, outro elemento que aparece enfaticamente como determinante das mudanças em termos de estratégias de representação política se refere à superação do preconceito em relação à capacidade dos militantes do MST de atuarem na esfera do legislativo e do executivo. Na visão de Valmir Assunção, esse preconceito levava à prática de recorrer a indivíduos de fora do movimento. Vejamos sua fala a esse respeito:

As pessoas sempre nos olharam como pobres coitados. Somos lutadores e estamos construindo uma forma de organização que sirva de exemplo para as futuras gerações. [...] Eu acho que participar das eleições trouxe alguns avanços que foi fundamental; primeiro, o estreitamento da relação com outras organizações distantes. A outra coisa é que a gente nesse processo eleitoral se conscientizou sobre a nossa força e nosso potencial. Isso para nós foi fundamental, pra de fato saber quem somos nós nesse processo. O outro avanço na campanha foi fomentar a discussão do movimento dos pequenos agricultores do movimento das mulheres agricultoras trabalhadoras rurais, que, para nós, é fundamental, que, além de entendermos que a juventude nos assentamentos tem que participar mais ativamente do processo; Isso foi importante na campanha! Além da consciência, a gente ter dado os primeiros passos em avançar no próprio partido. Eu acho que depois dessa campanha estamos saindo com uma influência maior interna dentro do partido; quer dizer, com mais respeito no partido e na sociedade; então, isso são patrimônios que nós adquirimos no processo eleitoral.

Nessa perspectiva, a representação política é vista como um espaço onde vem sendo construída uma imagem positiva do Movimento, tanto externamente como no seu interior. A superação da auto-imagem depreciativa foi fundamental para que o Movimento pudesse crescer e vislumbrar as candidaturas também oriundas dos assentamentos. Estas candidaturas, como demonstram as entrevistas, tornaram-se importantes para denunciar o descaso do gover-

no estadual e municipal com os assentamentos. *Medroso*, codinome de um militante do movimento, defendeu a participação mais intensa na esfera municipal, no intuito de garantir a eleição de seus representantes e desabafou na entrevista: “no assentamento modelo nunca entrou um recurso seja do Estado ou da Prefeitura”.

Na visão de Derilene Santos Durans, assentada no Bela Vista, apesar da superação deste preconceito entre as lideranças, existe ainda uma dificuldade que é garantir o voto da base e dos assentados. Segundo ela,

[...] tem que fazer um trabalho bem mais amplo para quando lançar o nome de um companheiro a gente poder bancar. A dificuldade é que, apesar dos nomes indicados pela direção serem aceitos pelos assentados, nem todos votam, já que tem aquela história “o voto é meu, eu voto em quem eu quero.

O campo interno do MST se configura como um dos níveis do espaço social, em que os agentes participantes são chamados a se munir das capacidades adequadas ao desempenho das funções e à prática das lutas que o atravessam, necessárias ao jogo que permite aos indivíduos mobilizarem estratégias de representação política que lhes sejam favoráveis. Com a diversidade de *habitus* dos indivíduos que passam a integrar o movimento um desafio que as lideranças têm tomado para si, investindo inclusive na formação política através dos projetos de educação nos assentamentos, é o de construir uma unidade em torno da concepção das eleições e da estratégia de constituição de representantes políticos oriundos do campo interno ao MST.

Os problemas advindos dessa diversidade de concepções da política e dos aspectos envolvidos nas campanhas eleitorais existente no interior dos assentamentos é comentada por Sival Santos, militante:: “Valmir era para ganhar, mas cara aqui no assentamento não votou no pobre. Votou em ‘seu fulano’ que era bonito e não votou no cara”.

Nalva Araújo, ao analisar essas dificuldades, coloca que a primeira questão é compreender que existem diferenças entre os municípios e os assentamentos que servem como base eleitoral dos candidatos indicados pelo MST, ao se analisar seu desempenho em termos de votos. Seu depoimento vai no sentido de chamar a atenção para a necessidade de avaliar o capital político dos candidatos indicados pelo Movimento em termos de capacidade de mobilizar os montantes de votos capazes de efetivar a representação política “própria”. Vejamos o seguinte trecho da entrevista:

A primeira coisa a entender é que os votos de Irailton do Prado vêm dos assentamentos, primeiro, porque lá tem um monte de assentamentos, em média 12 ou 13 assentamentos segundo, ele tem um trabalho efetivo nos assentamentos. O processo de Valzão em Itamaraju é diferente, já que no assentamento corte grande, ele tem um respeito e um reconhecimento do povo da cidade e embora só tenha 30 famílias o desenvolvimento dele consegue dar um certo *status* ao candidato que vem dali e lá tem outro assentamento que é o Bela Vista, cujos votos podem também ser canalizados pra Valzão, mas não daria pra elegê-lo. No caso, o que elegeram ele foi realmente os votos da cidade e do campo.

A segunda questão, para ela, está voltada para cultura presente também nos assentamentos, a qual faz com que

[...] nas eleições municipais, migrem votos dos assentamentos para fora, porque as relações são muito próximas. É o compadre, é o padrinho de fulano, é aquele amigo na cidade que têm uma ligação afetiva. Isso porque as pessoas acreditam que votar no compadre lá do PFL não tem problema nenhum. Nas eleições estaduais os votos que migram são em menor número, isso porque para deputado estadual a relação é mais distante e as pessoas provavelmente não conhecem o deputado estadual. As pessoas aqui na região votam muito em quem conhecem, e se o candidato é do MST ou indicado pelo movimento que ele conhece ele vota mais facilmente.

As especificidades das duas situações, a de Prado e a de Itamaraju, trazem conseqüências em termos de estratégias de representação política nesses municípios. No caso de Itamaraju, que é uma cidade rural, a esquerda ganhou as eleições em 1996 e a administração mudou a realidade do município em suas características rurais, diferentemente de Prado, que apesar de concentrar o maior número de assentamentos, só agora o Movimento passa a ter uma relação política mais ofensiva em termos da representação política.

Outro fator a considerar na explicação das mudanças nas estratégias de representação política do MST, apontado nas entrevistas, foi o desejo de alterar a imagem dos trabalhadores sem-terra diante da sociedade inclusiva. Esse aspecto, Nilva Araújo expressa na fala que apresentamos a seguir:

A sociedade do Prado e a prefeitura são muito conservadoras, autoritárias e discriminadoras. Então, esse povo não vota no candidato do movimento sem-terra. Embora os assentados estejam ali naquela redondeza eles são preconceituosos em relação aos assentamentos, pessoal de beira de praia e eles estão com outra visualização do processo

então quem realmente canalizou os votos para eleger Irailton foi o pessoal dos assentamentos, só em Prado temos em média 13 assentamentos. Diferente da sociedade de Itamaraju onde os assentamentos Bela Vista e Corte Grande a sociedade reconhece o trabalho dos assentados como uma coisa que deu certo. Em Prado nunca foram ao assentamento. Só conhecem o que a Rede Globo fala e são preconceituosos em relação aos assentamentos.

Ao falar sobre a vaga de vereador na Câmara de Vereadores do Município de Prado assumida, Irailton Soares expressa sua concepção da representação política parlamentar, referida à função de mudar a imagem dos assentados:

[...] o candidato a deputado estadual do Movimento sem-terra, Valmir Assunção, foi o segundo mais votado (o primeiro foi o representante do prefeito) dentro do município, isso com o apoio de várias pessoas do movimento estudantil e de vários setores da sociedade. Isso é fruto do trabalho, é fruto da posição da coerência nossa **mostrando que o sem terra não é bandido, que são pequeno produtores. Aos poucos a gente vai quebrando essa imagem dessa sociedade conservadora** [grifo nosso].

Ao funcionar como instância de construção de uma imagem positiva do MST na região, a representação política desempenha um papel significativo para o movimento, que era, durante os anos 80, segundo Frei Dilson,

[...] visto como um tipo de movimento clandestino, tinha muito do sabor da clandestinidade e muitos companheiros se faziam conhecer pelo apelido. Eu me recordo que, na época, bastava dizer que era uma liderança do movimento para ser cassado na rua como se fosse marginal de alta periculosidade.

É importante considerar que nessa época a estratégia era delegar a representação política a candidatos de fora, ligados ao movimento em termos ideológicos; já havia uma preocupação em ampliar as possibilidades em termos de apoio institucional e financeiro para os assentamentos, e havia também a preocupação que o representante político que obtivesse apoio, contribuísse para mudar a imagem do Movimento perante a sociedade local.

O apoio a Frei Dilson, eleito primeiro deputado estadual e depois prefeito, de acordo com Dejacira Oliveira, dirigente, contribuiu de forma positiva para alterar a imagem do MST perante a sociedade e os partidos que, segundo ela, tinham

[...] o preconceito de achar que os trabalhadores não eram capazes de ajudar a administrar. Embora tivéssemos uma participação efetiva nas eleições, tínhamos entre os vários grupos de outros partidos a questão cultural e o preconceito de achar que trabalhador sem-terra não tinha a capacidade de assumir os cargos de gestão.

## 5. AS ESTRATÉGIAS DOS AGENTES

O campo político é o espaço que se estrutura a partir de uma distribuição desigual de poder. Dessa maneira, as estratégias dos agentes se orienta em função da posição que ocupam no seu interior. Para Bourdieu (1990, p. 81), a estratégia “é produto do senso prático como sentido de jogo, de um jogo social particular”, o que supõe que os atores sociais agem, através de situações variadas, sem uma obediência mecânica às regras oficiais. Inspirados nessas idéias de Bourdieu, passamos a descrever algumas das estratégias construídas pelo MST no Extremo Sul da Bahia, iniciando pela conquista de espaço no jogo político através da ocupação de posições no Partido dos Trabalhadores, através de disputas pontuais nas instâncias municipais, como destaca Dejacira Oliveira, membro da executiva do partido:

Em Prado, o MST está dentro da direção do PT, primeiro porque normalmente os municípios as comunidades são pequenos e normalmente se mostra a importância de se estar dentro das direções partidárias, junto com vários setores da sociedade. Então, se você está dentro da política é importante que você esteja dentro das instâncias municipais, como a gente tem dentro das instâncias estaduais e nas convenções a gente faz disputas pontuais ali dentro.

Dentro do conjunto de estratégias mais recentes de construção da representação política do Movimento, encontramos a preocupação com a construção da hegemonia dentro dos diretórios do PT. É o que aponta Márcio Lima, membro da executiva do partido:

Articulação de esquerda é dominante e, tem ampla maioria. Assim, a gente consegue trabalhar. O MST nas últimas eleições, mostrou que tem ampla maioria dentro do diretório. Como instância partidária, a articulação de esquerda por ter a maioria dos diretórios indicou para ser o coordenador da campanha, Jacques Vagner, aqui no extremo sul.

De acordo com a fala acima, além da disputa entre os partidos pelos votos que garantem a eleição de representantes do MST em termos de parlamentares e executivos, há também o espaço de disputa no interior do PT, como complementa o dirigente na sua própria fala:

Nos outros municípios, Teixeira, por exemplo, não tem muitas divisões. O PT lá é a tendência predominante e a articulação de esquerda nele é dominante e tem ampla maioria; assim, a gente consegue trabalhar. Já no caso daqui, não. Está mais distribuído. É entre 50% a 51%. Em Eunápolis e Itabela, quem comanda é outra tendência. Em Mucuri tem a ala direita que faz alguns conchavos meio contestáveis. Dessa forma, lá tem uma certa divisão. Eu participei de um encontro lá que, foi complicado. Tem pessoas que fazem conchavo com a direita, por isso é complicada a questão de facções.

Para o dirigente Márcio Lima, as ações dentro do espaço do Partido dos Trabalhadores trazem uma aprendizagem muito forte e fortalecem a própria capacitação e a formação dos militantes, os quais, na sua experiência dentro do espaço do partido, adquirem capital político, tornando-se mais hábeis para a representação política do MST<sup>2</sup>.

A adoção da avaliação do capital político como procedimento determinante da estratégia de representação política do MST parece ser uma prática cada vez mais frequente, como sugere o depoimento do vereador Iraitton Soares, dirigente:

Sou plenamente a favor que se dispute lançando candidato ou apoiando outra pessoa para o poder legislativo e o poder executivo. Não adianta fugir a essa realidade. Agora eu acho complicado a gente se engajar com unhas e dentes em termos de campanha eleitorais de qualquer jeito. Onde não tem condição, então, é melhor não disputar, é melhor apoiar os amigos.

Assim, a avaliação do capital político garante, inclusive, a conquista do direito de, eventualmente, apresentar candidatos do MST pela sigla do Partido dos Trabalhadores. Segundo Bourdieu (1989, p. 195), à medida que o processo de institucionalização do capital político avança e o aparelho de mobilização cresce, “o peso dos imperativos ligados à reprodução do aparelho e dos postos que ele oferece, vinculando os seus ocupantes por todas as espécies de interesses materiais ou simbólicos, não deixa de aumentar”.

<sup>2</sup> Aqui, podemos verificar a influência da concepção leninista, em que o partido é visto como um instrumento fundamental para que os trabalhadores sem-terra “elevem” seu grau de consciência, de organização e de ação.

As disputas que ocorrem no campo da representação política não estão restritas aos espaços externos ao Movimento, também se dirigem para o interior do MST como um dos níveis do campo em que os jogos políticos também se processam.

Falar do campo político nos termos de Bourdieu é definir o espaço em que ocorre a ação política como um jogo, no qual os indivíduos produzem uma infinidade de atos, dos quais nem sempre é possível perceber os objetivos explícitos. É pensando assim que podemos analisar a dificuldade que Sival, militante do assentamento do Bela Vista, tem de compreender o processo de divisão interna nas últimas eleições na região, como expressa em seu depoimento:

Eu não sei como teve essa divisão entre Frei Dílson e Valmir Assunção. Eu não entendo até hoje! Talvez se ele não tivesse disputado a eleição, Valmir teria sido eleito deputado estadual. Eu sou eleitor de Frei Dílson para toda vida. Vem agora a eleição para prefeito e eu voto nele e não voto em Valmir, porque no município quem tem que concorrer é Frei Dilson. No caso de Valmir ele tem que concorrer para deputado estadual, que cumpre uma função muito mais abrangente.

Como vemos, no decurso da luta política os diferentes agentes fazem uma trajetória individual, consolidam sua expressão política a partir do número de votos que obtêm nas eleições e se confrontaram com interesses inscritos no campo da representação política na região. Esse confronto reflete a existência de conflitos e disputas no interior do próprio MST.

## 6. ASPECTOS DA DINÂMICA DO RELACIONAMENTO ENTRE O MST E OUTROS ATORES DO CAMPO POLÍTICO LOCAL

Os movimentos sociais se inscrevem nos processos sociais e, através de sua prática, conquistam espaço na correlação das forças em luta no campo político. Nesse processo, podem efetivamente se relacionar ou agir em conexão com outros movimentos e instituições. No caso do MST da região estudada, as relações com o movimento sindical foram já no seu início permeadas por divergências, como sugere a fala de Pedro dos Anjos, Presidente do STR, na região:

A escola Eloi Ferreira da Silva (ESEF) criada para dar formação a lideranças. Foi uma parceria do movimento sindical com o Movimento de Trabalhadores Sem Terra. Até aí, o movimento sindical trabalhava

junto com o MST. Depois de dois anos de parceria o movimento sindical sentiu que a formação que estava sendo dada na escola estava dirigida para as ocupações de massa, formando liderança só para trabalho de base como massa, mas não formava para administração sindical nem para o gerenciamento da produção. Então sentimos a necessidade de mudar um pouco a metodologia da escola, e aí tivemos o primeiro racha, um primeiro confronto com o MST, o qual tinha como objetivo formar lideranças para a frente de massa, enquanto o interesse nosso era formar liderança que pudesse estar servindo para luta de massa, mas que também tivesse se capacitando para dirigir bem seu sindicato, sua produção. Com essa primeira divergência não tinha mais clima de assinar o projeto de continuidade da escola junto, e a escola, por falta de capacidade nossa, terminou acabando, o que foi uma perda muito grande para os movimentos da região.

Na relação com o MST, na região, ele acrescenta entre outras divergências aquela sobre o método das ocupações de terra, como expressa em sua fala:

Se a gente tivesse a oportunidade de fazer um debate com as maiores lideranças do MST, a gente estaria dizendo que temos divergência inclusive de métodos de como fazer a luta pela terra e fazer ela cumprir uma função social que é de abrigar as pessoas, a função cultural de não desprezar a cultura de quem está lá é a função econômica de garantir a sobrevivência de quem ocupa e a função política que é a de contestar o modelo da sociedade atual.

Existe uma complexidade nessas relações que constituem o campo político, no qual a luta pelo poder político de mobilização intensifica o processo de concorrência e competição na condução da luta pela terra, como sugere Pedro dos Anjos no trecho que se segue:

Por conta das discordâncias que tivemos, o movimento sindical fez uma reunião em nível regional e definiu sair de fazer ocupação junto com o MST. Aí, nós pecamos porque saímos de fato mas não continuamos fazendo a luta paralela porque não tínhamos pé e porque o movimento cresceu e a gente não achava respaldo na sociedade para fazer ocupação e se o movimento sindical ficar fazendo ocupações vai terminar sendo massacrado. O nicho maior era do movimento.

A representação política permite dissimular a relação de concorrência entre os representantes, construindo sistemas de relações aparentemente harmônicas. Ao mesmo tempo, a representação política como um fenômeno complexo faz aflorar as diferenças em termos de projetos e concepções políticas terminam por vezes dificultando a integração entre os grupos. Nas relações de conflitos e de concorrência

entre esses movimentos, acontece um jogo verbal complicado de mal-entendidos, que faz parecer que essas forças querem a todo custo “conservar o seu lugar”.

Nas entrevistas, outra relação que assume o mesmo grau de complexidade na hora de somar esforços para consolidar a representação política parlamentar é a do MST com os partidos políticos.

Dejacira Oliveira reconhece que, na região, envolver o Movimento com uma sigla partidária é sempre uma tarefa difícil, considerando que

[...] temos, inclusive, no meio do movimento, pessoas que têm aversão ao nosso partido, por conta dessa complexidade, dessa dificuldade de atuar, com o partido complexo como o PT e de participar no seu governo [...] experiência que tivemos na administração em Itamaraju, onde tivemos a oportunidade de atuar na chefia de gabinete, o que ajudou a perceber e a conhecer melhor a sociedade e a nos preparar para melhor interferir.

Na região do Extremo Sul, o processo de luta pela reforma agrária contribuiu para fortalecer o Partido dos Trabalhadores em alguns municípios da região, como ressalta na sua fala Dejacira Oliveira:

O Partido dos Trabalhadores cresceu muito em Itamaraju nesses últimos anos, principalmente com a luta pela reforma agrária que se destacou muito na região. O peso significativo na instituição do, partido passou principalmente pelos trabalhadores rurais que, além de estarem filiados, sempre tiveram presentes no processo de construção do partido. Eu considero hoje o PT de Itamaraju o mais forte aqui na região e o partido que mas cresceu não só pela quantidade não só por ter eleito prefeito e vereadores, mas pela capacidade de mobilização e de articulação.

No depoimento acima, a dirigente destaca a interface dos “lucros” advindos da representação social, e cita o exemplo do partido dos trabalhadores de Itamaraju, que ganha visibilidade e espaço a partir da representação política exercida pelos militantes e lideranças do MST. Esse aspecto também aparece na memória da trajetória política de Valmir Assunção, na região:

Quando a maioria dos dirigentes me conheceu eu defendia as candidaturas de direita mesmo. Quando eu fui para o MST, a primeira ocupação que fizemos foi a 4045, e aí se decidi que eu ficaria responsável pelas negociações no MST, isso em setembro; no dia 05 de dezembro fizemos uma outra ocupação no Município de Prado, que foi o Riacho das Ostras. Eu não participei no dia da ocupação do que vi-

ria a ser o meu assentamento porque, um dia antes, a direção decidiu que eu deveria ir para Jucuruçu fazer uma reunião para fundação do PT. Fui fazer essa reunião junto com Rubenilza e outros companheiros. Depois disso o movimento ainda me mandou ir para o diretório nacional do PT. Fiquei quatro anos na direção nacional do partido. Tudo isso são as influências que me levaram como militante disciplinado a seguir a orientação do movimento para ter uma atuação partidária e se filiar ao PT.

O Partido dos Trabalhadores, que nasce no interior do movimento de massas, aparece justamente como um meio através do qual os trabalhadores pretendem atuar como instrumento de representação política dos diferentes interesses do diversos grupos sociais. É interessante notar que, como mostra o depoimento acima, o PT, inclusive, veio a ser a marca da militância do MST nos seus primeiros anos de atuação. E no decorrer dos anos, como acrescenta Valmir Assunção:

Lançamos Dílson em 94, para Deputado Estadual e ele foi uma pessoa que sempre estava próxima, uma pessoa amiga do movimento. Decidimos pela candidatura dele. Apoiamos, mas nós já tínhamos apoiado um padre anteriormente, que foi o Alcides Modesto. Apoiamos ele para Deputado Estadual e para federal. Depois de apoiar Alcides ele desistiu do processo eleitoral, então nós apoiamos Frei Dílson, para Deputado Estadual e Jacques Vagner, para Federal. Os dois se elegeram em 94; em 96, apoiamos Frei Dilson para Prefeito de Itamaraju.

O crescente envolvimento do MST nos processos das eleições amplia a importância da função que cumpre a área político-institucional. No decorrer dos anos 90, sua estratégia passa a ser exatamente apoiar representantes capazes de serem eleitos e se mobilizarem na defesa de seus direitos e de seus interesses. No final dos anos 90 e nas eleições seguintes, o Movimento, apesar de manter alguns apoios externos aos candidatos a Deputado Federal, mudou o relacionamento e a dinâmica da participação no processo eleitoral, no jogo da representação parlamentar efetuados no âmbito da regional e estadual, conforme observamos no depoimento do dirigente Valmir Assunção:

[...] minha candidatura surge para a gente poder estreitar mais ainda os laços com a sociedade, especialmente aqui em Salvador. Fui candidato com esse objetivo e simplesmente ficamos na primeira suplência para deputado estadual, com 24 mil votos. Mas isso é um processo, e achamos que nós fomos vitoriosos, já que o nosso objetivo não era simplesmente ter um mandato.

Nas entrevistas, os dirigentes dos Partidos Políticos apontam para as práticas conflitivas das relações atuais entre as lideranças do MST e o Partido dos Trabalhadores. Segundo João Climário, dirigente do PT e da CUT, em Itamaraju:

Minha frieza com o MST se dá a partir de sua entrada na questão eleitoral. Eu acho que tem que ter participação política, mas ao meu ver confunde muito com o partido. Já que a indicação de candidatura vem do movimento e não do Partido, do meu ponto de vista isso daí levou a minha pessoa a não apoiar a candidatura de Valmir Assunção, por falta de uma discussão mais concreta de um projeto. É como se Valmir tivesse o papel de cumprir o projeto só do MST e não de todo o Movimento Social.

É natural que o PT e as demais instituições se desagradem com a nova estratégia do MST, que surge como produto do senso prático que implica em mais autonomia na disputa por espaço próprio. Senso prático no sentido de jogo que se evidencia, em particular na disputa dos votos nas últimas eleições, passando a agir em concorrência com as demais forças às quais o MST anteriormente recorria para delegar sua representação. Sobre esse fato, a dirigente do PSB, Sandra Pereira considera que

[...] os movimentos tendem, o que não deveria haver, a pensar em alcançar o poder através de uma campanha eleitoral, de alcançar o poder através de uma candidatura e isso é um choque porque o MST é uma organização importantíssima!

A prática da representação política do MST pode se revelar para os dirigentes dos partidos muito ofensiva, já que questiona a necessidade de constituir a partir de quadros externos os porta-vozes para a esfera do parlamento e do executivo. A nova estratégia de lançar candidatos oriundos dos quadros internos ao movimento se insere no jogo político no sentido de consolidar uma presença mais ativa e autônoma dos trabalhadores rurais sem-terra nas esferas de poder, o que exige dos participantes do jogo político na região a submissão a novas estruturas de correlações de força e a novas situações de barganha pelo poder de “falar” pelo MST.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região do Extremo Sul da

Bahia, observamos que a representação política parlamentar a partir dos candidatos originados dos próprios assentamentos dá aos trabalhadores rurais sem-terra o papel de protagonistas no campo da luta político-institucional, sem que o movimento abandone a conduta das “ações diretas”. As novas estratégias de construção da representação política adotadas pelo MST podem também indicar que estão sendo colocadas novas e importantes interrogações acerca da concepção do movimento a respeito da democracia e do poder.

A preocupação com a eficácia dos mecanismos e procedimentos da “ação direta” também pode estar indicando que uma cultura política na qual se originou o MST, pode estar tendo seus fundamentos questionados; dessa forma, as explicações das transformações na maneira pela qual o MST tem encarado o instituto e os mecanismos da representação política podem ser assim elencadas:

- 1) o tempo de existência e a experiência ganham com as lutas realizadas até o momento dá ao movimento a possibilidade de prescindir dos mediadores que atuavam no período inicial de sua existência. Assim, a Igreja, os sindicatos, a CPT e o próprio PT passam a ser considerados como parceiros e não mais como porta-vozes do MST;
- 2) o peso da cultura política de esquerda no âmbito da qual foi criado o MST, que direcionava para o consenso em torno da centralidade da ação direta, pode estar perdendo eficácia simbólica e plausibilidade. Isso se dá numa conjuntura em que o paradigma das esquerdas em geral estão sendo questionados à luz das mudanças no capitalismo e na conjuntura política delas resultantes;
- 3) a prática de recorrer a indivíduos de fora do movimento para que os mesmos realizassem a representação política dos trabalhadores sem-terra estava também fundamentada num preconceito em relação à capacidade dos militantes do MST de atuarem em espaços institucionais parlamentares, em grande medida originados e assimilados da mentalidade conservadora da sociedade inclusiva. A superação desse preconceito por parte dos próprios militantes possibilitou a indicação de candidatos oriundos dos assentamentos para as eleições parlamentares e para o executivo nos seus vários níveis;
- 4) A preferência pela indicação de candidatos às eleições originados dos assentamentos pode também estar fundamentada na expectativa de que pela proximidade física e ideológica, os representantes políticos, quando eleitos tenderão a ter uma atuação mais próxima e fiel

aos seus representados, diminuindo a impressão de despojamento de poder associado à delegação do mesmo, indicada por Bourdieu, como acima apresentado.

No Extremo Sul, da Bahia o movimento ampliou a luta pela via institucional e desde a sua origem se filiou à sigla do Partido dos Trabalhadores – PT, delegando a esse partido a representação dos interesses dos trabalhadores rurais sem-terra, o que não tirou do movimento a sua autonomia em contestar a prática política do partido que, na visão dos militantes do MST, privilegia o campo de atuação da democracia política sem articulá-la ao campo da democracia social, sendo esse o espaço vazio que o movimento quer preencher.

Isso pode servir para confirmar a interpretação segundo a qual o movimento, apesar de ter rompido com alguns postulados clássicos da esquerda marxista, mantém-se claramente preso a uma cultura política de acordo com a qual o poder não é visto como um objetivo e sim como um instrumento de transformação, sendo a representação política estreitamente vinculada à luta pela reforma agrária.

Essa orientação cultural, acima referida, aponta para os sinais de um de construção de uma cultura política diferente daquela na qual se originou o movimento, o que permite a continuação da adoção das “vias e atalhos” ação direta, mas ao mesmo tempo, a partir do reconhecimento da importância da democracia representativa e da complexidade que envolve os processos pelos quais a mesma se dá, o investimento no campo das disputas eleitorais, agora a partir de candidatos oriundos do próprio quadro do movimento. Essa compreensão das possibilidades da via institucional vai ser determinante para o reconhecimento do campo da sociedade política como um lugar de atuação legítima e eficaz. Esse reconhecimento pode também contribuir para uma relação de apoio e fortalecimentos dos partidos de esquerda, necessário à construção de um bloco político capaz de impor as linhas de um projeto social favorável aos interesses dos trabalhadores sem-terra.

A cultura política “de participação”, processada pelo MST, parece estar lidando antes de tudo com uma questão de escolha de como lidar com os diferentes níveis de poder. Escolha que confronta a própria lógica e racionalidade do campo político que o movimento parece não querer subestimar e nem mesmo confirmar sem uma crítica cuidadosa e prudente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1994.